

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 26 de novembro de 2024 - Ata n.º 100.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Arilson Chiorato** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **100.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Arilson Chiorato que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Arilson Chiorato – PT): (Procedeu à leitura da Ata da 99.ª Sessão Ordinária, de 25 de novembro de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini - MDB): Não, Sr. Presidente, não há.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Então, vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Batatinha. Antes disso, registro a presença da Vereadora eleita de Renascença, Luana Stiz, por solicitação do Deputado Goura; dos Vereadores de Ortigueira, Ronaldo Magão e Edson de Oliveira, o Edinho, por solicitação do Deputado Alexandre Curi; e também dos alunos do curso técnico em administração integrado ao ensino médio do Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba, acompanhados pela Prof.^a Aline Cristina Coletto e pelo Prof. Cícero José Albano. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputados, Deputadas, colegas da imprensa, os que nos assistem e os nossos colegas que trabalham aqui na Casa. Uma boa tarde a todos. Senhor Presidente, utilizo este espaço para prestar uma homenagem à equipe que ficou em segunda colocação, aqui de Curitiba, e formada somente por bombeiras militares femininas. Eu explico aos senhores de que há uma competição chamada “Salvamento Veicular”. No ano passado, essa competição teve 12 equipes, este ano foram nove equipes na competição de salvamento veicular. Foi o 3.º Desafio Estadual de Salvamento Veicular este ano, que teve como primeira colocada a equipe de bombeiros de Cascavel – o Tenente William Risardi, o Tenente Cícero Vianna, o Sargento Gléber Antônio Baranowski de Cascavel, o 3.º Sargento Édson Ribeiro dos Santos, o 3.º Sargento Franciney Rodrigues, a 3.º Sargento Melânia Cristiane Giraldi e o Cabo Fernando Gonçalves. Essa equipe masculina de Cascavel foi a primeira colocada na competição, no 3.º Desafio Estadual de Salvamento Veicular, mas quero falar sobre a nossa segunda equipe colocada, que está presente aqui no Plenário, que é de Curitiba, e o detalhe é que é formada por mulheres. Então, peço a atenção dos deputados, de todo mundo que nos acompanha, de que as bombeiras militares femininas, que estão aqui no Plenário, ficaram em segundo

colocado no 3.º Desafio Estadual de Salvamento Veicular. A Cabo Luciana Diniz, a Cabo Ellen Caroline Coelho, a Cabo Talita Cristiane, a Cabo Laís Adriane Nascimento, a Soldado Sidimari Mascardi e a Soldado Bruna Pereira da Silva, teve também a participação da cadete Elisa de Oliveira. Meu amigo Cel. Elias também está presente aqui, neste momento, e nós estamos então utilizando este Pequeno Expediente para fazer esta homenagem justa, merecida, de reconhecimento de todos nós deputados, deputadas. Essas jovens meninas que aparecem aqui na nossa frente fardadas de bombeiras femininas militares ficaram em segundo lugar no 3.º Desafio Estadual de Salvamento Veicular. Nove equipes participaram da competição, elas ficaram em segundo, Cascavel em primeiro. Pelo que eu soube, esse salvamento veicular exige muita técnica, muita atenção, muita precisão e muito preparo de equipes, uma ajudando a outra e todas sempre muito bem preparadas. Então, elas são de Curitiba, recebem a nossa homenagem, tiraram em segundo lugar no 3.º Desafio Estadual de Salvamento Veicular. Nós sabemos que o nosso bombeiro paranaense é o melhor do Brasil e, agora, temos essas jovens que são do nosso bombeiro feminino do Paraná que se sagraram segunda colocada nesse salvamento veicular. Então, estamos muito bem servidos, inclusive pelas mulheres. Detalhe: é a competição de nove equipes, todas as demais eram homens e elas são da única equipe feminina e ainda deixaram bastante equipe para trás e ficaram em segundo lugar. Meus parabéns! Estamos muito bem servidos e esperamos que quando houver a necessidade, pedimos a Deus que nunca aconteça, mas se houver uma necessidade de salvamento veicular aqui existe uma equipe feminina preparada, qualificada para salvar os paranaenses. Parabéns a todos vocês e a todos vocês a nossa continência. (Aplausos.) Presidente, se V.Ex.ª permitir que possamos fazer uma foto, inclusive com os demais deputados e deputadas, agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Vamos então **suspender a Sessão** momentaneamente para as fotos.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Próximo orador, Deputado Adão Litro. Registro a presença da Vereadora de Santo Antônio da Platina, Sr.^a Eliane Alves Siqueira, por solicitação do Deputado Tercilio Turini. Seja bem-vinda.

DEPUTADO ADÃO LITRO (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente Ademar Traiano, meus colegas Parlamentares e a população que acompanha pela *TV Assembleia*. Subo à tribuna para fazer uma justa homenagem a quatro integrantes da Polícia Militar que realizaram um grande trabalho por Dois Vizinhos, sendo conhecidos em todas as comunidades por suas prestezas, prontidão e humanidade nos atendimentos, sempre atuando na defesa do cidadão duovizinhense. O Capitão Emílio Nicolau, o Cabo Bertolini e os Soldados Bittencourt e Albuquerque, ao longo dos anos de serviço em Dois Vizinhos, realizaram serviços de excelência e se tornaram verdadeiras referências em nosso município. Nos últimos cinco anos, esses profissionais foram essenciais para criação do Pelotão da Rotam e da Patrulha Rural, trabalho intensificado durante o período da pandemia, ampliação no número de apreensão de drogas, redução de 30% no número de furtos e de 25% no número de roubos no município. Seguindo a trajetória de suas carreiras foram transferidos para Francisco Beltrão, mas em reconhecimento a tudo que realizaram em Dois Vizinhos iremos entregar, nesta tarde, Menção Honrosa pelos serviços prestados no município. Existem poucos trabalhos mais nobres do que servir e proteger a nossa sociedade. Em nome de toda a população de Dois Vizinhos, quero agradecer profundamente por sua dedicação, coragem e serviços incansáveis. São verdadeiros exemplos dentro da Corporação e que, de maneira exemplar, elevaram o nível de segurança pública em Dois Vizinhos e, tenho certeza, farão o mesmo em Francisco Beltrão. Mais uma vez, agradeço o serviço prestado em Dois Vizinhos e desejo sucesso no novo desafio em Francisco Beltrão. Muito obrigado a todos. Presidente, se puder suspender para tirarmos fotografias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Está **suspensa a Sessão.**

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, público aqui presente que acompanha esta Sessão, também quem nos acompanha pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*. Nesta tarde, Sr. Presidente, quero aqui, primeiro, mencionar que no dia de ontem, dia 25 de novembro, foi o *Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher*. Tivemos vários pronunciamentos aqui e se olharmos no decorrer da história veremos que, mesmo com muitas ações de enfrentamento à violência contra a mulher, infelizmente, os dados ainda nos assustam. Ainda são muitas as mulheres que estão sendo assassinadas, muitas mulheres que estão sendo violentadas e não podemos, de forma alguma, ficar calados diante dessa situação. Só nos dados que a ONU nos trouxe, no dia de ontem, coloca que a cada dez minutos uma mulher perdeu a sua vida durante o ano de 2023. Perdeu a sua vida, Deputada Cloara, ou pelo seu companheiro, ex-companheiro, ou por alguém da família. Infelizmente, na maioria dos casos foram assim. No Brasil, a cada seis horas, uma mulher foi vítima do feminicídio. E no Paraná tivemos, só no mês de janeiro a setembro deste ano de 2024, cerca de 180 mil registros de violência ocorridos contra a mulher. Palmas, que fica no Sudoeste do Paraná, minha região, tivemos, no ano de 2023, 1.600 casos registrados de violência contra a mulher. Não é possível que continuemos dessa forma. Deputado Turini, é muito triste quando vemos isso. Sabemos que muitas ações foram tomadas, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, muitas ações realmente que fazem enfrentamento e que buscam um apoio a essas mulheres, a Casa da Mulher Brasileira, o Centro de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência, as Delegacias da Mulher, mas ainda é insuficiente, precisamos fazer mais. Por isso que é muito importante que possamos nos unir, homens e mulheres, para fazer esse enfrentamento e acabarmos com a violência contra a mulher, principalmente trabalharmos muito, que é muito importante, e acredito que passa muito por uma nova educação, onde

sejam respeitados homens e mulheres e que todos tenham direito à vida. Este dia 25, quando foi declarado o *Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra Mulher*, foi em homenagem às irmãs Mirabal, às irmãs que se chamavam Patria, Minerva e María Teresa. Essas irmãs Mirabal foram brutalmente assassinadas, em 1960, porque não concordavam com o regime de ditadura que viviam em seu país, na República Dominicana. As irmãs Mirabal foram brutalmente assassinadas por uma ditadura, uma ditadura que não podemos concordar de forma alguma que venha novamente, nem no nosso País, nem em País nenhum, porque a ditadura, como aconteceu no Brasil, de 1964 a 1985, não tem nada de bom. Não encontramos nada de bom em uma ditadura, apenas dor, sofrimento, censura, prisões, torturas e mortes. É isso que traz uma ditadura em um País, é isso que significa uma ditadura em um País e não podemos concordar de forma alguma. Por isso que fomos surpreendidos, nos últimos dias, e posso dizer que estamos muito tristes com o que estamos vendo na imprensa, pela tentativa de golpe que se desenhava no nosso País por um ex-Presidente, que não conseguia se conformar e não consegue se conformar com a derrota das urnas; por um ex-Presidente que tramava, junto com seus adeptos, um golpe no País, e estava prestes a dar esse golpe. Tentou por várias formas, colocando o povo nos quartéis, na rua, enfim, um plano macabro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Enfim, com um plano macabro no qual estava desenhando, projetando a morte de três pessoas. Aqui falo do Ministro Alexandre de Moraes, do Vice-Presidente eleito Geraldo Alckmin e do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. É muito grave o que estamos assistindo neste momento. É muito grave sabermos o plano que trabalhavam algumas pessoas com relação ao nosso País, por não aceitarem a democracia. Posso dizer que essas pessoas são contra a democracia e são contra a vida. Não podemos de forma alguma concordar; não podemos de forma alguma aceitar que pessoas

como essas queiram governar o nosso País, queiram administrar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, pode concluir, Deputada.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Sr. Presidente. Fica aqui o nosso registro, a nossa tristeza de ver como algumas pessoas caminham no País. Precisamos ter a cultura da paz e defender a vida e não a morte. E viva a Democracia!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito, pelo União Brasil.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; estendo meus cumprimentos ao Líder do Governo, ao Líder da Oposição; cumprimento os caros colegas deputados estaduais, dignos representantes da sociedade paranaense, eleitos democraticamente pelo voto popular; cumprimento a imprensa livre que nos assiste; cumprimento os cidadãos que estão hoje aqui presentes; cumprimento você cidadão honesto, cidadão de bem, que nos assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, utilizo esta tribuna na data de hoje para parabenizar a Polícia Civil do Estado do Paraná pela operação deflagrada pela Denarc, organizada pela Delegada Dr.^a Grazielle e pela Delegada Divisional Dr.^a Ana Cristina. Uma operação com 41 mandados de busca e apreensão, 23 mandados de prisão, contra, Sr. Líder do Governo, organizações criminosas vinculadas ao tráfico de drogas – em Curitiba, no Prado Velho, no Centro, na Região Metropolitana e em Ponta Grossa. A ousadia destes criminosos é tão grande e o modus operandi tão disfarçado, que se utilizavam de taxistas para entregar as drogas. Vejam a dificuldade da polícia em sua persecução penal encontrar indícios, porque o que existe de mais comum são pessoas estranhas entrando em veículos de transporte, que são os táxis. E esses motoristas também utilizavam hospedagens, o que também, na prática, é muito comum motoristas de táxis em

hospedagens. Então, realmente, o disfarce era excepcional. No entanto, aqui no Estado do Paraná não se cria. Por quê? Porque temos uma Denarc que atua com rigor, e, como já disse em momento anterior, cumpriu 41 mandados de busca e apreensão e 23 mandados de prisão, desorganizando essa criminalidade que tenta tomar conta aqui do Estado do Paraná. Já tem um pedido, senhores, de uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Criminosas, que está com o nosso Presidente da Assembleia Legislativa. Espero que em pouco tempo possamos iniciar esta CPI, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para aí sim, em uma persecução com poder de polícia por parte desta Assembleia Legislativa, auxiliarmos, por que não, a Polícia Civil que já faz um grande trabalho no combate a essas organizações criminosas. Por quê? Porque grupos criminosos existem e, infelizmente, tentam tomar conta do Paraná. Grupos conhecidos, grupos tradicionais, grupos até aqui do Paraná, como a Máfia Paranaense, ou do nosso vizinho Estado de Santa Catarina, o PGC, ou do Rio de Janeiro com o Comando Vermelho, ou em São Paulo com o PCC. Precisamos, sim, estar organizados; precisamos, sim, trabalhar com afinco. E aí ficam os parabéns à Denarc, como disse antes, à Dr.^a Ana Cristina, à Dr.^a Grazieli e à toda equipe. Quero, Sr. Presidente, homenagear estes guerreiros investigadores que levaram adiante essa persecução penal e protegeram toda a sociedade paranaense, porque lugar de bandido, sempre digo, é na cadeia, mas para isso é preciso uma estrutura de polícia judiciária e ostensiva. E o nosso Governador do Estado tem cumprido suas promessas de campanha, tanto que o Orçamento para a segurança pública de dois bilhões e pouco passou para quase 6 bilhões. As minhas emendas entreguei quase em toda a totalidade para as polícias, cumprindo as minhas promessas de campanha, inclusive na Região Metropolitana, com o envio de em média de cinco viaturas por delegacia que atua com homicídios. Para quê? Para que essa bandidagem não tenha vez, para que essa bandidagem não tenha voz e que essa bandidagem seja expurgada aqui do Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos para o próximo orador, Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Prezados colegas, boa tarde. Boa tarde a todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa, servidores desta Casa. Senhoras e Senhores, quando fui oficial engenheiro do Exército Brasileiro, aprendi que dentro do linguajar da comunicação militar, do serviço de inteligência existiam dois tipos de relatos: o informe e a informação. O que difere os dois é a condição, a probabilidade de algo acontecer. O informe é algo que pode vir a acontecer, que existem fatos, ações que levam a acreditar que algo pode acontecer; já a informação é algo que de fato irá acontecer. O que me faz subir nesta tribuna hoje é sobre uma informação que corre pelos corredores desta Casa de Leis e pelos vários gabinetes, informação que corre de boca em boca e que inclusive já extrapolou os muros da Alep, de que o atual Presidente da Casa, da nossa Assembleia, o Deputado Ademar Traiano está demonstrando interesse e articulando para ser o novo Presidente da principal Comissão desta Casa de Leis, a Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ. Para quem está nos assistindo e não entende sobre os trâmites do Legislativo, é pela CCJ que todos os Projetos de Leis passam pela avaliação da constitucionalidade e é a única Comissão que tem poder deliberativo, as demais têm poder opinativo. Mas o que isso significa? Significa que quem preside a CCJ tem capacidade de barrar projetos, Projetos de Lei. Só após a análise da CCJ, um projeto vai para as outras comissões – lembrando que são opinativas –, e depois para o Plenário para nós, Deputados, votarmos. Um detalhe que nem todos sabem é que o Presidente da CCJ é quem determina quais Projetos de Lei serão pautados e que irão para votação. É bastante poder. E esse poder todo exige das mãos de quem o tem características especiais, mas uma delas, principal e essencial, o desejo de servir o paranaense e não servir as suas próprias ambições. Infelizmente, foi noticiado largamente através da imprensa nacional, há um ano mais ou menos, mais especificamente no dia 8 de dezembro de 2023, que o atual Presidente da Casa assinou um acordo de não persecução penal e um acordo de não persecução civil com o Ministério Público do Estado do Paraná. E o teor desses acordos divulgados, em uma das cláusulas, o Deputado Traiano confessa ter praticado o ato de corrupção ao receber propina não só dentro desta Casa, mas na sua própria residência.

Senhoras e senhores, subi pelo menos três vezes nesta tribuna pedindo que o Deputado Ademar Traiano renunciasse à Presidência da Assembleia Legislativa – isso primando pela reputação, primando pela imagem, primando pela honra desta Casa de Leis. Agora, aquele que, segundo a imprensa e o próprio acordo, confessou prática de corrupção, quer ser o Presidente da principal Comissão desta Assembleia Legislativa. Não, senhoras e senhores, não posso concordar com isso, mas também não posso me esquecer de que isso só irá acontecer se os Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça o elegerem. Ou seja, o Deputado Ademar Traiano só será Presidente da CCJ apenas se os Deputados que fazem parte da Comissão votarem nele. Excelentíssimos colegas, as eleições de 2026 já começaram e começaram às 19 horas, do dia 27 de outubro, após o final dos pleitos municipais. Os holofotes já estão sobre nós, também sobre nós. E diferente do que pregam ou não, o paranaense não tem memória curta e eles vão lembrar de tudo o que fizemos, mas também de tudo o que nos omitimos em fazer. Colocar o Deputado Ademar Traiano, por tudo o que vimos noticiado, como Presidente da CCJ é arruinarmos o pouco prestígio que esta Casa de Leis tem perante o povo paranaense. Enquanto eu tiver mandato, vou lutar e vou subir nesta tribuna para evitar que casos como esses aconteçam novamente na nossa Assembleia e continuarei lutando pela reputação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Fabio, V.Ex.^a tem um minuto para concluir.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Obrigado, Presidente. E continuarei lutando pela reputação da Assembleia Legislativa diante de todos os paranaenses. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Sr. Presidente Ademar Traiano, membros da Mesa Executiva, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, funcionários da Casa.

Amigos visitantes, sejam muito bem-vindos a nossa Casa do Poder Legislativo. Subo à tribuna nesta terça-feira para falar sobre dois momentos. Primeiro, na condição de Secretário da Unale, tenho a satisfação – e já o fiz através dos grupos dos deputados –, de convidar a todos os Parlamentares para participarem, na semana que vem, na cidade do Rio de Janeiro, do 27.º Congresso da Unale. Quero aqui dizer da alegria de participar dessa entidade. A Deputada Cloara já confirmou. Já tivemos aqui nesta Casa o Deputado Artagão que foi presidente, e hoje tenho a função de ser secretário. Além disso, fui convidado para participar das Comissões Temáticas, no caso a Agricultura, e é muito interessante porque vou trazer mais adiante pautas que são importantes para o Brasil e para o Paraná também. Voltando ao Congresso da Unale, o tema que será discutido é o futuro da educação no Brasil, momento em que parlamentares do Brasil inteiro se encontram, trocam experiências, conversam sobre as pautas em comum. Tenho certeza, Deputada Cloara, que V.Ex.^a vai gostar muito. E gostaria, sim, que a delegação do Paraná pudesse ser maior, que pudéssemos levar mais deputados para trocar experiências, trocar ideias e, efetivamente, mostrar que aqui no Paraná existem políticas públicas que podem servir de exemplo para o resto do Brasil. Dentro da Comissão da Agricultura que trabalhamos, dentro da Unale, temos uma pauta, Sr.^{as} e Sr.^s parlamentares, extremamente importante, que é a isenção do PIS e do Cofins para uma série de rações, para uma série de peixes, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos. Popularmente, a tilápia, o tambaqui, o camarão doce, o camarão salgado, tudo aquilo que tem muita relação, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, com a agricultura familiar. Quero aqui trazer o histórico que fez o Deputado Zé Vitor, de Minas Gerais, uma proposta para que reduzisse a 0% as alíquotas no mercado interno, das rações para peixes, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos. Na sequência, nosso Deputado do Paraná, Nishimori, para a isenção, para a criação aquática, que seria algo que abrangeria mais. O Deputado Isnaldo Bulhões fez a união de vários projetos propondo a isenção do PIS e Cofins para rações de bovinos, bubalinos e também da criação aquática. Entretanto, o valor que é arrecadado pelo Estado, na questão das rações dos bovinos e dos bubalinos, torna-se impossível da União abrir mão dessa receita.

Por esse motivo fizemos, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária desta Casa, um requerimento para enviar, que já foi enviado no dia 12 de novembro para o Congresso Nacional, sugerindo que fosse separado, apartado esse projeto e pudesse avançar a questão da isenção do PIS e Cofins, para peixes, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos. É importante salientar que isso mais ou menos representa 6,5 do custo de produção, segundo a nossa fonte, o Peixe BR. Também é importante trazer para as Sr.^s e Sr.^{as} parlamentares, que aves e suínos já possuem esse benefício para as suas respectivas rações. E aqui trazer um histórico onde o Brasil é o quarto maior produtor mundial de tilápia, atrás da China, Indonésia e Egito. A tilápia se consolidou como a espécie mais cultivada no País, respondendo por quase 580 mil toneladas de produção total. O Estado do Paraná se mantém como o maior produtor de peixes da aquicultura do Brasil, com 273.227 toneladas. Portanto, é algo que vai interferir e muito na vida dos pequenos produtores do Paraná. A região Sul, a título de informação como um todo, foi responsável por 30,6 da produção nacional, seguida pelo Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Maiores produtores de tilápia do Brasil: o Paraná, 210 mil toneladas. Também quero trazer a respeito do camarão. O Nordeste é muito forte, representa 99,6 do total produzido. É, sem sombra de dúvida... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Sim, Traiano, obrigado. Dando continuidade, o Nordeste concentra 99,6 da produção do camarão no Brasil. Portanto, aqui, referendar que em Palotina existe a produção do camarão de água doce. Na sequência, vem o Rio Grande do Norte, com 25 mil toneladas; Paraíba, 7,2 mil toneladas. No Brasil, senhoras e senhores, temos cerca de 230 mil produtores rurais que cultivam peixe, sejam eles nativos, tilápia, camarão. Desses 230 mil produtores, 98% são das pequenas unidades familiares. Portanto, é uma luta que efetivamente vale a pena, e esse documento já está em Brasília, junto com outros Estados, que enviaram esse pedido para que o Governo Federal... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Possa o mais rápido possível fazer a isenção do PIS e Cofins, que representará um ganho extraordinário para quem produz os animais aquáticos. Por isso é algo que vale a pena e fico muito feliz e quero que todos os parlamentares também participem desse processo, para que possamos trazer ao interior as lutas que temos feito e que, efetivamente, valem a pena. Voltando ao Congresso da Unale, gostaria muito que aqueles parlamentares pudessem participar. É algo bacana, é muito interessante você trocar experiência com outros deputados e o tema sobre a educação, sem sombra de dúvida, é fundamental. Por isso, fica aqui o convite. Na semana que vem, aqueles que puderem ir tenho certeza que não vão se arrepender. Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda, pelo PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e todos que acompanham aqui esta Sessão plenária. Bom, vou ler rapidamente um texto que é perfeito aqui para o Brasil de hoje, escrito por Fabrício Rabelo, que é jurista e escritor. *“O Brasil se tornando inóspito para quem raciocina ao menos o mínimo. Por aqui temos que acreditar em coisas como: golpistas com estilingue e bolas de gude, ataque de homem-bomba com fogos de artifício e agora golpe de Estado frustrado por falta de táxi”*. Gente, a que ponto chegou o Brasil: o Brasil governado por um ex-presidiário. Olha a que ponto chegou! Em conluio com o STF, um Xandão da vida, que é o campeão de ilegalidades, é o cara que mais descumpra a Constituição Federal, e é pago para guardá-la, é o homem que não respeita as leis, que não respeita o devido processo legal. Gente, Alexandre de Moraes, eu faço um aparte, ele se colocou no lugar ao seguinte: ele é vítima, ele é investigador, ele é o Procurador e ele é o Juiz. Esse é o Brasil que o Deputado Arilson, Presidente do PT, defende como um país democrático e, ao mesmo tempo, ofende o melhor Presidente que o Brasil já teve, Jair Messias

Bolsonaro, que deixou o Brasil livre. Nunca houve censura de nada, nunca houve pressão de nada, nunca houve tentativa de golpe, de prender alguém, como está tendo agora no Brasil. Falou agora, vai preso; falou a verdade, vai preso. E o Brasil que eles defendem e que nós conservadores, que pensamos, que estudamos e que temos plena noção do buraco que o Brasil está indo agora, é o seguinte. Vamos ver os absurdos? Vamos lá! *“STF manda soltar 15 membros da quadrilha de tráfico de drogas que atuam em Campinas”*. Fachin, de novo. Então, é o Supremo canetando sempre para colocar bandidos perigosos, traficantes, na rua. Eu não sei qual o objetivo. Será que é aquele acordo que fizeram na campanha do Lula? Pode ser. *“O Governo, Governo Lula, suspende operação do carro-pipa em 70 cidades da Paraíba a partir da próxima semana”*. Em 2022, Bolsonaro inaugurou a transposição do Rio São Francisco, levou água para o povo. E esse demônio, esse canalha que é o Presidente do Brasil, esse ex-presidiário, que é o maior ladrão do Brasil, está tirando a água do povo. Sabe por quê? Porque não deve ter dinheiro mais, eles quebraram o Brasil. Imaginem um povo ficar sem água; imagine você que me acompanha ficar sem água. É de deixar qualquer um indignado e revoltado. *“Inflação fica maior para o mais pobre com pressão de alimentos. Itens consumidos por famílias de renda muito baixa têm alta de 4,99%, diz o Ipea”* – essa é a fonte segura –, *“taxa é a mais elevada desde o início de Lula 3”*. O pai dos pobres *ferrando* os pobres! O pai dos pobres nunca vai querer que você melhore na vida, ele está pouco se lixando, ele quer você cada dia mais pobre e mais dependente da miséria que ele te dá. Então, a inflação agora vai atingir o mais pobre. E ele, esse mentiroso, canalha, no G20, fala: *“Eu estou acabando com a fome no Brasil”*. O cara é um ordinário e ninguém mais acredita nele. Passou vergonha no G20! Nem a imprensa, nem ninguém acredita nesse cara hoje. Quem acredita nele é só o Xandão e o narcotraficante. A Janja envergonhou os brasileiros durante o G20 com várias gafes, várias, além de xingar o Elon Musk. É uma vergonha! Aquela mulher fala tudo errado, age errado, não representa a Primeira-Dama. Que vergonha! Volta logo, Michele Bolsonaro. A Janja podia ter aprendido um pouquinho como se porta uma Primeira-Dama, mas não tem como, sabemos do mundo que ela veio, o que ela fazia antes. Ela

continua a fanfarrona de sempre. É isso aí. Vamos ver mais. Isso não vou ler porque acho que é mentira. *“O Brasil tem déficit de US\$ 5,9 bilhões nas contas externas em outubro, diz Banco Central”*. *Folha de São Paulo: “Brasil tem saída recorde de dólares pela via financeira até outubro, a maior desde 1982”*. Os investidores estão fugindo do Brasil, ninguém acredita mais, isso aqui está indo de mal a pior. Eles conseguiram quebrar o Brasil. É um rombo fiscal gigante. Abriram um rombo de 1 trilhão em menos de dois anos, não tem dinheiro para mais nada. O homem, o Haddad, o *“Tachad”*, aumenta, aumenta imposto em tudo e não consegue fechar o buraco que abriram, porque a máquina corrupta e gigante que o Lula fez de 40 Ministérios, tudo, ex-integrantes da Lava Jato, além de incompetentes, malandros, não conseguem fechar a conta, e o povo sendo sacrificado dia e noite por impostos. Além dos impostos, aumentou combustível, aumentou energia elétrica, aumentou o gás, os alimentos. A carne, que esse ordinário prometeu na campanha que iria dar picanha e cerveja. Canalha! Nem carne os caras podem comer mais aqui neste País, porque esse ordinário mentiu de novo. E eu tive que ouvir ontem, Presidente do PT, Arilson Chiorato, chamar Bolsonaro de vagabundo, que tem voltar para a jaula. O Bolsonaro nunca vai estar na jaula porque não é ladrão, porque não roubou, porque não é canalha, diferente do Presidente do Brasil, o teu, o que você tanto ama, que é esse Lula, o pai da mentira, o pai da malandragem, o pai da safadeza. Não dá para misturar água com óleo, comparar Lula bandido com Presidente Bolsonaro, um cara honesto, que ficou 28 anos como Deputado Federal, não teve nada contra ele, nenhuma denúncia de crime, enquanto Lula é denúncia dia e noite desde que entrou na política, ou melhor, antes da política já era. Quando era metalúrgico, que fazia greve para pegar dinheirinho para ele e ferrar os colegas. Então, o histórico desse sujeito ninguém vai apagar. Ele, o Lula, é chamado de ladrão no Brasil e no mundo inteiro, não pode andar na rua. Eu já fiz um desafio aqui para o Deputado Arilson: ande com o Lula na rua se tiver coragem. O senhor não tem coragem, porque sabe que o Lula é ladrão e safado, e o povo vai xingar ele na rua. Eu ando com o Bolsonaro, andei aqui em vários municípios, onde eu fui com o Bolsonaro tinha multidão aplaudindo ele. Multidão! Ele estava em Alagoas agora, multidão

junto com ele. Cadê o pai dos pobres? Hein, Sr. Lula? Anda na rua no meio do povo. É fácil fazer narrativa, não é, como o Lula falou: *O Bolsonaro nunca mais vai voltar a ser Presidente!*” Basta fazermos uma boa narrativa, tem que ter uma boa narrativa, a narrativa boa. É do golpe, é o golpe. Na Dilma foi golpe, tudo é golpe. O golpe último agora foram cinco militares, acho que um da reserva. Cinco iam dar um golpe de Estado e iam matar o Lula, iam matar o Alckmin. O Xandão parece que nem está no processo, mas ele colocou o nome dele lá. Iam dar o golpe e montar o gabinete de crise. Cinco pessoas iam dar um golpe. Gente, é tão louco isso. Não há golpe sem forças armadas; não há golpe sem muita gente armada. Isso qualquer pessoa normal entende isso. Então, Deputado Arilson, quando o senhor falou que eu sempre elogiei a Polícia Federal e agora critico, critico não a corporação Polícia Federal, critico a menor parte, que é a corporação da Federal do Xandão, que cumprem ordens absurdas e fazem essas narrativas miraculosas, uma coisa ridícula, que ninguém acredita. O homem que morreu lá com fogos de artifícios foi tido como terrorista que iria explodir o STF. Xandão, o dia em que um cara amarrar um monte de rojão no corpo e explodir um prédio, você vem e conta para nós. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): E deem um *Google* e procurem no mundo se algum ato terrorista foi feito com um homem-bomba cheio de rojões no corpo. Então, vocês não prestam nem para inventar história. Estão passando vergonha de manhã, à tarde e à noite. E o único que vai ser preso lá na frente vai ser o Lula de novo, que nunca deveria ter saído da cadeia, porque roubou, era o chefe da quadrilha, foi investigado, julgado, condenado em todas as instâncias e aí, com um belo acordo com o Fachin e outros coleguinhas, colocaram esse ordinário na rua e está o Brasil sofrendo de novo nas mãos desse, perdoem-me, canalha. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Romanelli. Antes disso, registro a presença na Casa da Prefeita de Tamarana, Sr.^a Luzia Suzukawa, por solicitação do Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, o bom da democracia e da liberdade é que cada um pode expressar o seu pensamento, seja na tribuna da Assembleia Legislativa ou por meio das redes sociais, e muitas vezes até construir uma narrativa que não condiz com a realidade dos fatos que estamos assistindo. Infelizmente até creio, Deputado Arruda, que, pelo que estou vendo e lendo, hoje inclusive o Ministro Alexandre de Moraes está divulgando o relatório da Polícia Federal, muito provavelmente havia uma tentativa de um golpe dentro de um golpe, ou seja, de militares que conspiravam para poder de fato afastar o Presidente Bolsonaro. Pelo menos é o que estou lendo! Mas, enfim, creio que as investigações conduzirão aos verdadeiros culpados, aqueles que quiseram atentar contra a democracia. Mas, vivemos em um Estado Democrático de Direito, a ampla defesa e o contraditório fazer parte do ordenamento jurídico e, certamente, os que são acusados terão o direito de se defender e, ao mesmo tempo, claro, todos aqueles podem expressar o seu ponto de vista. Isso é o que vale na democracia. E sempre temos que defender a democracia, justamente por isso. O que queria dizer, na verdade, respeitando o seu pensamento, que é um ponto de vista que respeito, que ontem estive com um grande número de Deputadas e Deputados participando de uma solenidade no Palácio Iguçu, que foi presidida pelo Governador do Estado, Ratinho Júnior, porque pela primeira vez na história os Parlamentares estaduais puderam apresentar emendas à Lei Orçamentária e fazer com que os recursos pudessem chegar diretamente às entidades sociais e da área da saúde, uma parceria muito bem estruturada com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, dirigida pelo Rogério Carboni com muita competência, e nós aqui pudemos destinar recursos para as entidades sociais. Foi uma construção que foi conduzida por mim, pelo Deputado Evandro Araújo, pelo Deputado Alexandre Curi, pelo Deputado Ademar Traiano e agora, para o exercício de 2025, para os que não puderam estar ontem no Palácio Iguçu, quero

anunciar que também construímos com a direção atual da Assembleia e com a nova Mesa, e aí agradecer ao futuro 1.º Secretário, Deputado Gugu Bueno, que no ano que vem serão R\$ 1 milhão e 500 mil por Parlamentar, de todos os partidos, para os 54 Parlamentares destinarem às entidades sociais ou da área da saúde. E vamos inclusive, nessas emendas, começar a executar desde o início do ano. Então quero dizer, primeiro, que as do orçamento de 2024 serão pagas todas, enfim, que tem algumas ainda, claro, que têm questões legais que têm que ser superadas, operacionais, mas serão pagas no exercício de 2024, e em 2025 teremos enfim mais R\$ 1 milhão e 500 mil através de emendas para as entidades sociais. Quero louvar esse feito porque, primeiro, parte de um esforço feito pela Mesa Diretora da Assembleia de fazer a boa gestão do dinheiro público e, ao mesmo tempo, da concordância do Governador do Estado de proporcionar este avanço institucional que, reconhecamos, é um grande avanço. Porque, é claro, no momento apropriado, está chegando o momento, está chegando a hora de esta Casa aqui discutir e fazer como todos os parlamentos estaduais, votar, Presidente, uma emenda para criar as emendas impositivas. Creio que é um tema, Deputado Hussein Bakri, que no momento adequado, construindo isso no diálogo com o Governador Ratinho Júnior sempre, mas vai chegar um momento em que teremos que construir uma boa solução em relação a este tema. Mas, Deputado Hussein, aproveitando a sua presença, quero de novo destacar o seu papel na articulação dessas emendas para as entidades sociais porque, sob a sua liderança, abrimos o diálogo com o Governo do Estado, V.Ex.^a foi o interlocutor junto ao Governador Ratinho Júnior. Eu, como líder da Bancada do PSD, tenho muita honra de ter o V.Ex.^a como Líder do Governo aqui nesta Casa e, ao mesmo tempo, alguém que dialoga, que constrói soluções, que atende todos os Parlamentares, da base ou da oposição, sempre de forma muito respeitosa. Nós do PSD procuramos aqui construir soluções. Esta Casa teve uma grande produção legislativa neste ano e 2025 certamente será um ano de grandes realizações, porque estamos votando o maior orçamento público da história do Paraná: R\$ 78 bilhões e 700 milhões. E creio que, pelo andar da carruagem, poderá ser ainda maior o orçamento, até porque, diferente do que diz o nosso querido Deputado Ricardo Arruda, a

economia brasileira caminha melhor do que todos esperávamos. É verdade que o mundo vive uma crise complexa, mas a economia vai bem, a economia caminha bem. O Paraná está batendo recordes de geração de empregos dia após dia. Hoje, ainda pela manhã, estive com o Secretário do Trabalho, o Mauro Moraes, que pegava os relatórios e via o volume de empregos que temos tido. Estamos com falta de mão de obra em vários setores da nossa economia e, claro, com um aumento real de salário. Ou seja, temos problemas no Brasil? Temos. Temos uma elevada taxa de juros, uma taxa de cheque especial ainda por conta dos juros absurdos cobrados pelo Banco Central, Deputado Arruda, o senhor que foi dirigente de banco sabe muito bem, 130% no cheque especial, 300% no cartão de crédito. Ou seja, é um verdadeiro absurdo, é um escárnio uma taxa de juros! Temos 68 milhões de brasileiros que estão endividados, sendo que 85% deles, segundo a Serasa e o SPC, estão endividados no sistema bancário, em média de R\$ 4.500,00 o endividamento – estava lendo os relatórios do próprio Banco Central. Ou seja, a nossa economia, a despeito de todas as dificuldades, caminha de uma forma bem estruturada, gerando emprego e se desenvolvendo. O fato concreto é que o Brasil, os seus segmentos produtivos têm conseguido ampliar as exportações. Ainda ontem..., aliás, fiquei orgulhoso de ver uma cadeia produtiva, que é a da proteína animal, fazer uma reação articulada a essa postura absurda de uma empresa privada, o Carrefour. Porque se o Carrefour não quer comprar carne brasileira na França é um direito empresarial que eles têm de não comprar carne, de não comprar proteína brasileira, mas o que não pode é o Presidente, o CEO mundial da Carrefour dizer que a carne brasileira é uma carne que não é sanitariamente saudável. Isto é inaceitável porque todos os órgãos de controle e todos os Países para os quais nós exportamos aprovam a excelência da qualidade da nossa carne. E a reação do setor produtivo, a reação dos frigoríficos, das grandes empresas de proteína foi a correta: suspenderam as vendas para o Carrefour, que também tem a empresa o Atacadão e o Sam's Club, que são empresas todas controladas pelo Grupo Carrefour. O Carrefour é uma empresa francesa muito bem-vinda no Brasil, mas reconheçamos aqui: nós vivemos uma economia de livre mercado. O livre mercado não pode permitir que haja esse tipo

de barreira, sendo criada através de influências de redes sociais, para poder querer desfazer da qualidade da carne brasileira. Vou repetir: é um direito empresarial do... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Concluo. É um direito empresarial do Carrefour não comprar carne brasileira, seja no Brasil ou na França. É um direito que eles têm, mas eles não podem levianamente acusar a qualidade da carne brasileira, que é a melhor do mundo – e por isso que nós exportamos para mais de 160 países, sendo o Brasil o maior produtor de proteína animal do mundo. E se Deus quiser vamos ampliar ainda mais, porque o objetivo, em 2030, é chegar a 400 milhões de toneladas de grãos, e vamos chegar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, ontem tive a oportunidade de fazer um elogio ao trabalho da Comissão de Orçamento. Reitero hoje o brilhante trabalho feito para disponibilizar aos Deputados esses recursos, e também pela Audiência Pública, que amanhã apresentaremos aqui um resultado extraordinário, fruto da Audiência Pública que aconteceu aqui na Casa.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, registro aqui a presença do Vereador de Curitiba, Sr. Mauro Bobato, a pedido aqui do Deputado Fabio Oliveira. Seja bem-vindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, por favor.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros deputados. Para quem não sabe, sou pai de dois meninos gêmeos, que vão fazer 10 anos agora, em janeiro. E volta e meia eles começam ali a se provocar, começam a brigar e

começam a acusar um de ter feito isso, outro de ter feito aquilo; e quando, como pai, vamos lá e damos uma bronca, eles vêm e falam assim: *“Mas, o outro fez antes”*. *“Mas, na semana passada, ele me deu um chute na canela!”* E daí eu deixo as crianças na escola de manhã cedo e venho para Alep trabalhar, entro no Plenário pronto para mais uma Sessão deliberativa da nossa Casa, aí sobe um Deputado: *“Fulaninho fez isso. Fulaninho fez aquilo. Tudo que tem de ruim no Brasil, a culpa é do Fulaninho.”* Aí sobe outro Deputado: *“Não, tudo que tem de ruim no Brasil é culpa do Sicrano, foi Sicrano que fez.”* Igualzinho os meus dois filhos de 10 anos de idade. Uma arengação que, pela cara dos meus colegas, já cansou a todos aqui. Acredito que já tenha cansado o público, acredito que já tenha cansado todo mundo. *“Tudo de bom fui eu que fiz, tudo de ruim foi ele”*. *“Não, tudo de bom quem fez fui eu”*. *“Não, fui eu!”* *“Não, você que está errado!”* *“Não, eu que estou errado!”* *“Não, foi ele.”* *“Pai, olha ele!”* *“Pai, ele puxou o cobertor!”* *“Pai!”* Meu Deus do Céu, todos aqui são maiores de idade! São vacinados! É sério que o nosso Parlamento se resume a isso? É sério que o debate da política brasileira, no Estado do Paraná, na Capital Paranaense, está neste nível? Não ia falar hoje, Presidente, mas me senti na obrigação de fazer este questionamento da tribuna. Já falei aqui e repito: temos pautas importantíssimas a serem discutidas no Paraná, pautas da base, pautas da oposição, salário de funcionários, pauta de meio ambiente, pauta do agro, pauta dos empresários, o que quer que seja, elas existem, mas aqui elas não chegam mais. Aqui nós estamos na 5.º série B. E espero, assim como toda a população paranaense deve esperar, que isso melhore, que tenhamos um pouquinho de bom senso e coloquemos a mão na consciência. Era isso, Presidente. Era meu desabafo de hoje e eu precisava fazer.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra Deputado Hussein. Antes disso, registro o aniversariante do dia, nosso amigo Deputado Thiago Buhner. Parabéns! Felicidades! Sei que já praticamente todo mundo lhe cumprimentou pelo grupo de Deputados, mas registramos aqui o seu aniversário no dia de hoje.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, boa tarde. Parabéns, Thiago Buhner! Muita saúde e muita paz, realizações. Você de fato tem um ótimo signo, sagitariano. Senhor Presidente, quero aqui deixar um grande abraço para Deputada Cloara e dizer que estive de manhã, hoje, presente em um evento muito importante, que teve uma dimensão nacional, que foi o encontro das mulheres procuradoras. Parabéns, Deputada! Aliás, é um orgulho termos tantas deputadas aqui, Deputada Flávia, minha grande amiga. Quero saudar também a Deputada Luciana que está aqui, acho que as outras deputadas estão viajando. Eu confesso que é um orgulho imenso vermos esse progresso do trabalho das mulheres aqui, Deputada Marli que está aqui, desculpa, e realmente fiquei impressionado com a dimensão deste evento, alcançando o Brasil inteiro. Deputado Cloara, que é nossa Procuradora, parabéns pelo trabalho. Senhor Presidente, também estive lá com o Deputado Alisson e o evento foi de iniciativa da Deputada Silvestri, que tratou do encontro dos Provopares estaduais. O plural de Provopar já chama atenção: os Provopares estaduais estavam reunidos. Eu até estranhei, mas é o correto mesmo, e todos sabem que há 41 anos fazem um trabalho fantástico. Nós temos que parabenizá-los, oferecer o apoio necessário e fazer com que eles se aproximem cada vez mais do poder público. Dito isto, pessoal, quero dizer aos colegas que aqui estão que temos na pauta de hoje, até peço que a minha assessoria primeiro olhe para mim e me escute, e que ligue para os demais deputados, porque estamos com o quórum baixo ainda e temos dois projetos importantes que vão tramitar hoje – eu sou assim chato e cobro, mas é o meu estilo –, que é o projeto do vale-alimentação, que acho que vamos ter o apoio de todos aqui, porque é um projeto que vai ter um alcance fundamental, vai melhorar a vida dos nossos funcionários. Nós temos um pequeno ajuste ainda que o Estado vai fazer com os nossos professores em relação ao piso. O Governo está estudando isso e vai avante nesse projeto, e queremos pedir o apoio aos colegas para que possamos aprovar isso o mais rápido possível, sem emendas, para que ele possa ser validado já amanhã. Vejo o pessoal do Detran aqui e tantos outros órgãos. E quero dizer aos colegas que hoje vamos votar outro projeto polêmico e nós estamos em uma casa

democrática aqui, não tem que achar que é moleza, não tem moleza em lugar nenhum. Cada um pensa do seu modo, tem gente que pensa de uma maneira e tem gente que pensa de outra, e o que tem que ter é respeito pelo pensamento, pelo contraditório. Hoje vai ser votado a constitucionalidade do projeto ambiental, vamos receber as emendas amanhã e teremos mais uma semana para que possamos discutir com a Casa Civil a possibilidade de avançar nas emendas. É isso.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, eu me debrucei sobre o projeto nos últimos dias, como a minha assessoria, estudando, consultando, olhando normas, olhando tudo, e o projeto tem uma intenção clara de racionalizar, de modernizar a concessão de licenças ambientais. Acho que a visão do Governador é uma visão da celeridade, de dar essa resposta às atividades, aos empreendimentos que aguardam o licenciamento mais célere e objetivo, e, também, aqueles agentes públicos que precisam de segurança jurídica para poder tomar suas decisões. Então, neste ponto estamos de acordo. No entanto, me debrucei, fiz algumas emendas ali em relação ao projeto que entendo que não compromete o projeto, que não significam nenhum tipo de retrocesso na matéria. Portanto, Deputado Hussein, hoje vou me manifestar favorável ao projeto aqui na constitucionalidade, mas esperando que possamos avançar, com ajuda de V.Ex.^a, avançar nas emendas que queremos e, obviamente, ver contempladas no texto a partir da segunda votação. Então, obrigado. Peço, mais uma vez, o seu incansável trabalho. Às vezes, V.Ex.^a me fala: *“Estou um pouco cansado”*. Porque essa função de Líder não é fácil, mas, com certeza, com a ajuda de V.Ex.^a, da sua assessoria, vamos chegar a um bom termo, porque acho que têm outras contribuições dos Deputados que vão fazer o projeto melhorar e isso faz parte do processo democrático e do processo legislativo. Obrigado, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Deputado Arruda.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado, Deputado Hussein. O senhor falou uma coisa muito importante aqui: o respeito a cada Parlamentar, a cada opinião, que é o que tem que ter nesta Casa. Infelizmente, é muito difícil. Nós que trabalhamos muito, que lutamos muito pelo povo. No meu caso, que tenho 186 Projetos de Lei, mais várias leis aprovadas, ter que ouvir um Deputado inoperante, que nada faz nesta Casa, além de criticar o Governo, querer dar lição de moral em alguém aqui. Tem que crescer muito, evoluir muito e ter maturidade. Eu fiz minha vida trabalhando, não sou filhinho de papai. Então, é inadmissível um Parlamentar querer orientar ou dizer o que o outro deve fazer. Acho que tem que fazer a lição de casa, aprender o que é ser Deputado, o que é ser Parlamentar. Cresça, apareça e não fale bobagem, porque já estamos cansados de ouvir tanta mediocridade aqui. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, para encerrar. Queria pedir a atenção... Ajuda aí, Presidente, está muito barulho. Senhor Presidente, colegas, quero comunicar aos colegas Deputados uma decisão individual, que vou discutir depois com os colegas e tal: a relação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com esta Casa de Leis; e a relação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com os pobres municípios do Estado do Paraná. Não dá mais para continuar desse jeito. Temos dois caminhos, Sr. Presidente: a Mesa Diretora desta Casa, meu querido Presidente e o futuro Presidente, futuro 1.º Secretário, é preciso ter respeito no Tribunal. O Tribunal é um braço auxiliar desta Casa. Terminamos de aprovar uma lei aqui, na outra semana eles derrubam a lei. Para que lei então? No mínimo tem que sentar, discutir, conversar. E veja só, com decisões monocráticas. Ou estou errado? Será que não está na hora desta Casa aqui fazer uma PEC que só terão validades decisões que forem de colegiados? Ou não? Eu tenho coragem de enfrentar, tenho coragem de ir para cima. Não dá mais para ficar desse jeito. Conversem com qualquer Prefeito do Interior e vejam o que está acontecendo. Conversem com os colegas Deputados aqui e vocês vão ver o que está acontecendo. Temos ótimos profissionais, ótimos Conselheiros, não vou generalizar, mas temos alguns que estão tratando de uma maneira diferente esta Casa de Leis, porque esta Casa de Leis merece respeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa da Família Cini, nas pessoas de Rafael Cini, Regina Maria Cini Perry e Fabiana Cini Guarinela, por solicitação do Deputado Anibelli Neto. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Cláudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Thiago Buhner (UNIÃO) (44 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: *Cristina Silvestri (PSDB) (Req. 2836 – Art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno), Douglas Fabrício (CDN) (Req. 2777 – Art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno), Mabel Canto (PSDB) (Req. 2832 – Art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno), Maria Victória (PP) (função administrativa), Do Carmo (UNIÃO) (Req. 2866 – Art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno), Ana Júlia (PT) (Req. 2865 – Art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno), Matheus Vermelho (UNIÃO) (Req. 2860 – Art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno), Renato Freitas (PT) (Req. 2859 – Art. 97, § 4.º, do Regimento Interno) (8 Parlamentares). Deputados**

ausentes sem justificativa: Marcel Micheletto (PL), e Marcelo Rangel (PSD), (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 702/2024**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Luis Corti, que altera a Lei n.º 14.039, de 25 de abril de 2003, visando autorizar o DER/PR a locação de equipamentos eletrônicos, fotográficos, elétricos, mecânicos ou similares, que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais, exceto os instrumentos cujo critério de pagamento seja por produção; **Autuado sob o n.º 703/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná o FECIN (Festival de Cervejas de Inverno) na cidade de Guarapuava; **Autuado sob o n.º 704/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que institui o Dia Estadual do Catequista; **Autuado sob o n.º 705/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que institui a Semana Estadual da Aviação Comercial; **Autuado sob o n.º 706/2024**, do Deputado Paulo Gomes, que institui a Semana Estadual de Conscientização de Desperdício de alimentos; **Autuado sob o n.º 707/2024**, do Deputado Requião Filho, que denomina “Pirata Zulmiro” a ponte de Guaratuba-Matinhos; **Autuado sob o n.º 708/2024**, do Deputado Paulo Gomes, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Dia de Santa Rita de Cássia, e declara a festa em honra a Santa Rita de Cássia como patrimônio imaterial do Estado; **Autuado sob o n.º 709/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, que concede o título de utilidade pública à Associação Pescadores de Vidas, com sede no município de Cambará; **Autuado sob o n.º 710/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Evaristo Castanha; **Autuado sob o n.º 711/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a política estadual de prevenção de acidentes e promoção da segurança na prática de esportes radicais no Estado do Paraná.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 12/2024, da Comissão Executiva, que altera o Decreto Legislativo n.º 1, de 15 de fevereiro de 2011.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

Passamos aos Itens da pauta.

Senhores Deputados e Deputadas, no entendimento mantido entre a Liderança do Governo e a Oposição, mesmo não tendo Requerimento por escrito, vamos respeitar o entendimento e o acordo e vamos colocar na pauta como primeiro item o Item 23.

ITEM 23 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 586/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/2024, que altera a Lei n.º 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica, e da outras providências. Substitutivo geral do Poder Executivo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Existem alguns Deputados que estão vindo, estão descendo, alguns segundos só, o Deputado Alisson, o Deputado Alexandre Curi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Aguardo. Peço ao Deputado Alexandre também, que deve estar aqui, que registre presença. Por favor, Deputado Do Carmo, Douglas Fabrício, Matheus Vermelho, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano e Tiago Amaral. Vamos abrir a votação,

aguardando os demais que cheguem. Votação aberta. Como encaminham a votação os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Renato Freitas, Samuel Dantas e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 586/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Artagão Júnior.)**

ITEM 1 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 541/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 55/2024, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda de plenário com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, só para aproveitar para registrar meu voto favorável no Item anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata. Deputado Luís Corti, seu voto, Guerra, Jacovós, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Samuel Dantas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Renato Freitas e Tiago Amaral (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda em segunda discussão.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 563/2023, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que declara a Gengibirra como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Para encaminhar, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente Traiano. Saudando todos os deputados. Superada a constitucionalidade na Sessão de ontem, peço o voto “*sim*” ao PL 563, de 2023, que declara a gengibirra como patrimônio de natureza cultural imaterial do Estado do Paraná. É importante, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, salientar que esse reconhecimento simboliza a preservação de uma expressão cultural e tradição que devem ser preservadas para gerações futuras, como algo que marca a história e a identidade de um local ou povo, a

exemplo dos patrimônios oficializados em nosso Estado, como o fandango no Litoral paranaense; a Lenda Tarobá relativa às Cataratas do Iguaçu; a Rota Transcontinental Caminhos de Peabiru no trecho que compreende o Estado do Paraná; e a letra e a música “*Bicho do Paraná*” do músico e compositor João Lopes, *in memoriam*. Por definição, a gengibirra é uma bebida não alcoólica, não fermentada e gaseificada, obtida através da adição de extrato natural de gengibre. Registro que a exemplo de muitos curitibanos, em especial, desde a minha infância era consumidor desse centenário refrigerante sempre presente à mesa das famílias, nos almoços de domingo, como uma bela recordação afetiva. Para mim, como parlamentar, é um orgulho ser o proponente desta matéria que aprovada por esta Casa será convertida em Lei Estadual como homenagem e reverência à marca e ao empreendedorismo da Família Cini. Agradecendo a presença dos meus amigos e colegas Rafael Cini Perry, Fabiana Cini Guarinela e a querida D.^{na} Regina Maria Cini Perry. Senhoras e Senhores, essa bebida à base de gengibre carrega uma rica herança histórica e cultural, sendo um símbolo importante da identidade paranaense, especialmente entre as comunidades de descendência italiana. Produzida desde 1904 pela empresa paranaense Cini, uma receita tradicional da família Cini, a gengibirra não é apenas um refrigerante, ela representa as tradições e as memórias coletivas de gerações. Na Justificativa dessa proposição cito duas manchetes de veículos de comunicação que representam a importância histórica e cultural desta bebida à base de gengibre, cujo fabricante Cini celebrou, recentemente, em Sessão Solene desta Casa, seus 120 anos de fundação. A gengibirra é a cara do Paraná, um refrigerante para chamar de nosso. Essa iniciativa é um agradecimento pelo empreendedorismo da Cini Bebidas e desta família extraordinária, exemplar, que merece todas as honras, o carinho e a gratidão do povo paranaense, por serem Bichos do Paraná e, aqui, produzirem inovação e gerarem emprego e renda, com diferenciais como qualidade, preço e variedade, a cada dia mais marcante no coração das pessoas. A gengibirra é o champagne das Araucárias. Esse refrigerante, que não existe em outras cidades do Brasil, tem uma fortíssima tradição europeia, fabricado, como aqui foi falado, nesta Capital, desde 1904, e tem o sabor da nossa memória de

infância. A gengibirra já é tombada como Patrimônio Cultural e Imaterial da cidade de Palmeira, na Região dos Campos Gerais, e, agora, com este Projeto, busca-se expandir esse reconhecimento em nível estadual. A proposta de reconhecer a gengibirra como patrimônio imaterial fortalece o vínculo cultural do Paraná com suas raízes, preservando uma tradição única que continua viva até hoje. A importância deste Projeto vai além do reconhecimento simbólico, ele garante a perpetuação de uma parte essencial da história do Estado, celebrando o legado de imigrantes que contribuíram significativamente para a construção da identidade paranaense. Esse reconhecimento cultural é vital para que futuras gerações possam conhecer e valorizar a riqueza da cultura local, mantendo vivas as tradições que nos definem como povo. Por isso, senhoras e senhores, Colegas Deputados, peço *“sim”* a este PL. Viva a nossa Gengibirra Paranaense!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, na condição de Líder do Governo, quero parabenizar o Deputado Anibelli e dizer que a Cini tem um gostinho de infância. Peço o voto *“sim”* para todos os deputados e deputadas.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto *“sim”*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ao tempo em que cumprimento o Vereador Euler que aqui se encontra, existe um acordo meu com o Deputado Requião, quero comunicar a V.Ex.^a e fazer um pedido. Existe um acordo entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição para que nós possamos antecipar o Item 31, que trata do Projeto de Licenciamento Ambiental. Existe um acordo e um consenso que o próximo item seja o 31.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. Acordo feito será honrado. Ainda temos alguns deputados que não votaram.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Presidente, enquanto os deputados terminam sua votação, fui questionado aqui, nobre Deputado Anibelli, que alguns parlamentares não conhecem a gengibirra. Então, fica obrigado o Deputado Anibelli de, na próxima Sessão, trazer para que esses deputados que não degustaram como nós, na época infantil, fazerem a degustação.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Mas aí só vale, Artagão, se trouxer a gengibirra, a de framboesa, a de abacaxi e a de laranja, a laranjinha. Tem que vir tudo.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, enquanto terminamos de votar, quero registrar a presença, nesta Casa, do Vereador Professor Euler, de Curitiba, do MDB, que se prepara, certamente, para assumir uma Secretaria Municipal a partir do ano que vem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seja bem-vindo. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Renato Freitas e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 563/2023.**

Vamos ao Item 31. Acordo feito entre os Sr.^s Deputados da Oposição e do Governo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Existe aqui, por questão de justiça, de direito, existe um Requerimento do Deputado Arilson...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vou falar agora. Questão de ordem.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Existe o Requerimento...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Faremos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não, achei que ia para votar. Desculpa...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para ser justo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, é a sequência, Deputado.

ITEM 31 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 662/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 73/2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Há um Requerimento sobre a Mesa (**protocolado sob o n.º 2850/2024**), dos Deputados Arilson Chiorato e Goura, requerendo a retirada do Projeto de Lei n.º 662/2024 da Ordem do Dia de 26/11/2024 e devolução do Projeto para o Poder Executivo, para promover a consulta oficial ao Conselho Estadual do Meio Ambiente. Vou submeter para apreciação do colegiado o Requerimento dos Deputados Arilson e Goura. Deputado Arilson, pretende encaminhar o requerimento ou não? Ok. Senhores Deputados favoráveis ao

Requerimento pela retirada votam com a expressão “*sim*”, os contrários com a expressão “*não*”. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, nós da Base, com todo o respeito, pedimos o voto “*não*”. Atenção! O voto é “*não*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição deseja mais tempo para discutir um Projeto que trata do futuro do Paraná e do País, por isso pedimos “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem. Só para informar que este Projeto se encontra na Casa desde o dia 4 de novembro. Só para informá-los.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, só esclarecer o seguinte, ontem o Projeto foi retirado de pauta a nosso pedido, para que possamos ter mais tempo. Então, o acordo era para que viesse à pauta hoje, mas o compromisso do nosso Líder é de, na semana que vem, termos a apreciação cuidadosa de todas as emendas. Por isso não tem CCJ Extraordinária, para que possamos apreciar, na semana que vem, as emendas com calma e podermos, obviamente, avançar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Amanhã é o momento para a apresentação das emendas, Sr.^s Deputados, e o projeto só voltará à pauta depois que a CCJ apreciar as emendas e, se acatadas forem, poderá ser feito um substitutivo. Então, não há nenhum prejuízo para o trâmite do Projeto neste dia e muito menos amanhã.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Lembrando que estamos discutindo a constitucionalidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A constitucionalidade neste momento.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Teremos uma semana para avaliar as emendas. Repito, se alguém errou, dá para consertar ainda. O voto é “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Marcio Pacheco, Professor Lemos e Requião Filho (8 Deputados);* **Votaram Não:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho e Renato Freitas (12 Deputados).]* Com 8 votos favoráveis e 34 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário dos Deputados Gilson de Souza e Marcio Pacheco, ao invés do voto favorável registrado no aplicativo de votações.)**

Vamos submeter à apreciação o Projeto. Em discussão o Projeto. Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Goura primeiro, Presidente, depois eu.

DEPUTADO GOURA (PDT): Posso encaminhar, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, desculpa.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente? Deputado Marcio Pacheco, só para reparar o meu voto na votação anterior. O meu voto era “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Presidente? Deputado Gilson aqui. Da mesma forma, acabei votando errado. O meu voto seria “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vai ser constado em Ata a alteração.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Agradeço, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Peço, por gentileza, só que o tempo seja revisto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, mantenham o tempo do Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V.Ex.^a e a todos os deputados. Quero começar este encaminhamento com uma palavra de elogio ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, a quem me dirijo respeitosamente. Agradeço a abertura ao diálogo que V.Ex.^a tem sempre dado a projetos difíceis, a momentos difíceis. Peço, deputado, que separe também ao meu posicionamento, aqui, desse trato que temos, dessa abertura. O nosso encaminhamento é contrário ao projeto. Vou discutir, sim, a constitucionalidade dele. Temos aqui diversos pontos a serem colocados, que espero que tragam a reflexão de V.Ex.^a sobre o porquê esse projeto não deveria estar sendo votado da maneira como está sendo colocado. O Governador, no seu encaminhamento a esta Casa, diz na justificativa que se trata de proposta que visa modernizar o trâmite dos processos de licenciamento ambiental, por meio de redução de entraves burocráticos e da uniformização de procedimentos administrativos, sem perder de vista os princípios e normas pertinentes à proteção ambiental. Quero dizer que a nossa tese, deputados e deputadas, é justamente isso que está em questão. O projeto do Governo não vai trazer facilidades, não vai trazer procedimentos mais céleres, pelo contrário, ele vai criar mais insegurança jurídica; ele vai trazer mais situações de riscos jurídicos, da maneira como está sendo colocado. Ninguém aqui é contra o desenvolvimento econômico do nosso Estado, mas temos que lembrar que

queremos um desenvolvimento que venha com a proteção do meio ambiente. Dito isso, a minimização das atribuições do Conselho Estadual do Meio Ambiente contraria os princípios da prevenção e da participação democrática ambiental, violando o parágrafo único, do art. 1.º, da Constituição Federal, que estabelece o exercício do poder de forma direta, incorporando o conceito de uma democracia participativa, possibilitando a atuação direta dos cidadãos brasileiros nas deliberações políticas e socioambientais. O Inciso II, do art. 1.º, da Lei n.º 7978, que cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente, especifica que compete ao Conselho: *“Participar da elaboração junto com o Poder Executivo de todos os atos normativos de regulamentação do meio ambiente”*. Portanto, deputados e deputadas, nota-se de pronto a ilegalidade de todo o presente Projeto de Lei, visto que o mesmo deveria tramitar, ser discutido e deliberado, primeiramente, pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. O Projeto de Lei viola a competência legislativa da União, visto que apresenta norma geral contrária, menos protetiva, a normas federais já existentes. Aqui citamos a Resolução Conama n.º 237, de 1997, que é justamente a norma geral que rege o assunto, provocada pelo Ibama e estabelecida pelo Conama, e é a base mínima para qualquer normatização estadual sobre o assunto. Friso que não pode ser menos protetiva, tão pouco contrária. O nosso mandato, junto com o mandato do Deputado Arilson, realizou uma audiência pública com especialistas da área do direito, da área ambiental, muitos deles estão presentes aqui em Plenário, a quem saúdo. Também provocamos o Ibama Federal, que se manifestou em uma nota técnica apontando todas essas incoerências do presente projeto. O projeto também contraria a Resolução Conama n.º 01, de 86, que traz as definições e responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental, como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. O PL em questão também viola os princípios constitucionais da administração pública, com destaque para os da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Afirmo, senhoras e senhores, que o projeto criará ainda mais brechas para o crime, a insegurança jurídica para os empreendedores. O Projeto de Lei viola o Direito Constitucional ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado, artigo consagrado na nossa Constituição, art. 225 da Constituição, que afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O projeto viola especificamente os Incisos IV e V do § 1.º, do art. 225. O § 1.º diz: *“Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público, primeiro, exigir na forma da lei para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente estudo prévio do impacto ambiental a que se dará publicidade”*. O Inciso V: *“Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade da vida e o meio ambiente”*. O Projeto de Lei n.º 662 viola o princípio da proibição do retrocesso ambiental, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, para garantir o cumprimento do art. 225 e relacionado com os princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica. O projeto viola o princípio da ordem econômica, art. 170 da Constituição, que submete todas as atividades à defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos, serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Senhor Presidente, Sr.ªs Deputados, o projeto também viola a Política Nacional do Meio Ambiente, o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica. Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer aqui a conclusão que o Ibama trouxe na sua nota técnica, onde diz que o Projeto de Lei analisado apresenta fragilidades que podem colocar em risco à gestão ambiental, exercida no âmbito dos licenciamentos ambientais, conduzidos pelo órgão estadual de meio ambiente do Estado do Paraná. Verificou-se lacunas importantes que necessitam serem sanadas, antes que tal proposta possa ser posta em votação em definitivo pela Assembleia Legislativa do Paraná. Cabe destacar, ainda, que uma proposta legislativa referente ao licenciamento ambiental deveria ser debatida com os diversos setores da sociedade a fim de aprimorá-la, tendo em vista o uso sustentável dos recursos naturais renováveis, antes de ser incluída em pauta de votação no Parlamento. Também trago a conclusão da ONG Terra de Direitos que se debruçou sobre este

projeto, e afirma: *“Na redação proposta no projeto pode se observar uma flexibilização do instrumento de licenciamento ambiental, inclusive criando novas modalidades de licença que privilegiam os empreendimentos, a desconsideração de direitos e garantias fundamentais dos povos e comunidades tradicionais – aqui saúdo as lideranças indígenas presentes nessa sessão –, e o enfraquecimento do Conselho Estadual do Meio Ambiente, já referido, entre outras violações jurídicas”*. E por fim, Sr. Presidente, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental, o EKOA, da Universidade Federal do Paraná, afirma que: *“Na contramão da emergência climática que vivemos, o que tem se observado nos últimos anos é uma série de ataques, especialmente através de Projetos de Lei, ao instrumento do licenciamento ambiental, fundados na ideia de que se trata de um instrumento muito burocrático, complexo, e que atrasa o desenvolvimento. Todo esse aparato discursivo se utiliza como justificativa para buscar a flexibilização e a fragilização do licenciamento ambiental, de modo a favorecer os setores econômicos, que têm seus interesses limitados pela proteção ambiental. É nesse contexto que se analisa o Projeto de Lei... (É retirado o som.)*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, conclua o seu tempo.

DEPUTADO GOURA (PDT): ... o Projeto de Lei n.º 662, enviado pelo Governador do Estado do Paraná em regime de urgência.” E, também, a Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica, um coletivo que congrega 150 associações filiadas, em 16 Estados, afirma a sua preocupação com o trâmite e, caso aprovado, com a sanção deste Projeto de Lei. Deputados e Deputadas, pedimos pela constitucionalidade, que reflitam. Este projeto é inteiramente inconstitucional. Nós estaremos votando... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para concluir. Um projeto inconstitucional. Vamos apresentar emendas se for aprovado hoje, mas peço, mais uma vez, encarecidamente, a consciência dos nobres Deputados, nobres pares, para que

pelo menos se abstenham deste projeto de votar “*sim*” e, se possível, com muita consciência, com muita segurança jurídica, pelo meio ambiente, pelo clima, votem “*não*” ao presente projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, do ponto de vista de segurança jurídica, concordo que deve ser aprovada uma lei para normatizar o licenciamento ambiental, até para substituir as regulamentações infralegais, como as resoluções expedidas pela Secretaria de Meio Ambiente, que podem ser alteradas a todo momento pelo Poder Executivo, e também gerar insegurança jurídica. Porém, a competência do mais importante órgão de participação popular e empresarial não deve ser suprimida. E o que faz este Projeto de Lei? Este Projeto de Lei é uma manifestação ilegal, e usurpa, e retira e trata com desdém o supremo órgão colegiado deliberativo do Estado do Paraná, que é o Conselho Estadual do Meio Ambiente, retirando competências de aprovar as normas ambientais do Estado. O Conselho é dinâmico e rápido nas suas análises de matérias e é composto por diversas entidades, possui competência para participar da elaboração junto aos poderes públicos de todos os atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente, art. 1.º, inciso 3.º, da Lei n.º 7.978/1984. O art. 50 do Projeto de Lei quer retirar essa competência e deixar o Poder Executivo sem qualquer fiscalização, para regulamentar a legislação em livre negociação ou pressão sobre os empreendedores. O art. 8.º do Projeto de Lei remete prazos de renovação e prorrogação para regulamentação do Governador, que não precisará de análise do Conselho Estadual. O art. 8.º da proposição é totalmente ilegal, remete à definição de prazos, possibilidade de renovação, prorrogação de ato administrativo, previsto no art. 6.º. São remetidos para uma regulação por ato do chefe do Poder Executivo, o que é inconstitucional, pois a Lei Federal já regulamenta prazos e hipóteses de renovação e prorrogação. Isso fere competências legislativas. É ilegal. Estamos aqui entrando em uma seara totalmente federal. Licenciamento de lançamento de afluente também poderá por

regulação e não lei ambiental, o que seria o correto. O art. 14 dessa proposição é também ilegal, pois cede à discricionariedade do Poder Executivo em reduzir os limites, as condições de lançamento de efluentes, por Decreto ou Resolução. Essa é uma questão que já consta na Resolução da Sema, n.º 107, de 9 de setembro de 2020. O art. 15 do presente projeto prevê o estabelecimento de prioridades a partir de quem realiza a obra e do seu objetivo, mas não em razão dos danos que podem causar, o que torna o artigo ilegal. Ou seja, ele prevê a análise sobre a obra e não sobre o dano ambiental. É um retrocesso. Eu destaco que este Projeto de Lei prejudica as conquistas históricas do movimento ambiental e os órgãos estaduais de defesa ambiental, pois ilegalmente retira competência normativa e deliberativa do maior colegiado deliberativo do Estado do Paraná. A Lei Estadual n.º 7978, que criou o Conselho da Sema de natureza deliberativa, ou seja, caso o Poder Executivo decida ou deixe de submeter matérias sobre quais o conselho tem competência para se manifestar, a decisão será nula e passível de declaração de nulidade. Este projeto também deveria ter passado pelo próprio Conselho, não passou. O Ibama emitiu uma carta sendo literalmente contra o presente projeto, primeiro porque o projeto adentra na própria competência do Ibama, além dos erros já colocados aqui. As entidades ambientais colocaram inúmeras cartas contra, mas o Governo do Paraná, em regime de urgência, como sempre, vai passar a motosserra na Assembleia e na mata nativa do Paraná. Voto contra a insanidade jurídica do Governo do Paraná e esta Casa se submeter à regime de urgência em matéria tão importante. Contra, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Hussein, ou votação?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Votem com tranquilidade, o projeto é legal, constitucional, está nesta Casa desde o dia 3 de novembro. Repito, 3 de

novembro. E será objeto ainda de discussões que a nossa base vai fazer com suas emendas. Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. O projeto é bom, foi bem elaborado, um projeto importante, o Governo quer destravar, é importante o projeto. Por isso é “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Ele volta na questão de ordem depois, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ah, pois não, bom encaminhamento. Ainda pendentes os votos dos Deputados Adão Litro e Cloara. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Votaram Não:** *Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Requião Filho (6 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho e Renato Freitas (14 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e 6 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 662/2024.***

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 841/2023, de autoria do Deputado Bazana, que assegura aos profissionais da saúde, do sistema público e privado de saúde do Estado do Paraná, o direito à meia-entrada na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais, cinematográficos e desportivos realizados no

Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Cultura. Emenda de plenário com parecer favorável da CCJ, na forma da subemenda substitutiva geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Quero repetir que o voto é “*sim*”, Deputado Bazana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Batatinha, o seu voto, por favor. Quem mais? Moacyr Fadel. O Deputado Moacyr vota “*sim*”. Ok. Já votou! Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (36 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1036/2023, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tercílio Turini, Delegado Tito Barichello, Luciana Rafagnin, Marcia Huçulak e Arilson Chiorato, que institui o Programa de Monitoramento Digital Contínuo de Glicemia no Estado do Paraná, com o fornecimento de aparelho digital de medição e sensor de controle glicêmico para os pacientes com idade entre 4 (quatro) e 17 (dezessete) anos com diabetes mellitus (tipo 1 e 2), aprimorando o monitoramento evitando a hipoglicemia das crianças e adolescentes em todo o Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e

Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado...

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Deputado Ney Leprevost.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ney.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, este é um dos Projetos que considero, talvez, um dos melhores Projetos do ano nesta Casa Legislativa. Quero parabenizar todos os autores. Vejo aqui que uma série de Deputados assinou a autoria deste Projeto, que institui o Programa de Monitoramento Digital Contínuo de Glicemia no Estado do Paraná, com o fornecimento de aparelho digital de medição e sensor de controle glicêmico para crianças e adolescentes, na faixa etária de 4 anos de idade a 17 anos, com Diabetes Mellitus tipo 1 e 2. Este Projeto é uma revolução na vida das crianças e adolescentes diabéticos do Paraná. Parabenizo todos os autores e o União Brasil encaminha o voto “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já pedi também o “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas,**

Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 188/2024, de autoria do Deputado Maria Victoria, que institui o mês de agosto como o mês da primeira infância e integra o Paraná nas ações da Lei Federal n.º 14.617, de 10 de julho de 2023. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço a sua compreensão e a compreensão do Deputado Arilson, que neste momento lidera a Oposição, respeitosamente, se é possível antecipar mais um Projeto para votarmos em seguida, o Projeto 12. A compreensão de V.Ex.^{as}.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Qual Projeto, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Projeto que altera as leis complementares que dispõem sobre o plano de carreira de professor da rede estadual.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sim.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É possível? Muito obrigado. Item 12.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente acordado, Deputado. Item 12, na sequência. Só aguardando o voto da Deputada Marli Paulino. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (35 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 188/2024.**

Vamos ao Item 12, então, baseado no acordo das lideranças.

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 6/2024, que altera as Leis Complementares n.º 103, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre o plano de carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, e n.º 242, de 17 de dezembro de 2021, que altera as Leis Complementares n.º 103, de 14 de março de 2004, e n.º 123, de 9 de setembro de 2008. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Educação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. E que possamos ter no mínimo 28 votos, que é o que precisa uma Lei Complementar. É necessário! Obrigado.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Pela ordem, Presidente Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem...

DEPUTADO BAZANA (PSD): Deputado Bazana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Queria comunicar a presença do meu Vereador da cidade de Arapongas, nosso querido Zé Maria.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seja bem-vindo, nosso Vereador.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, peço...

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, quero fazer... Desculpe-me.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Desculpa eu. Pode falar. É que sou mais velho. Então, fique aqui do lado. Estou vendo que estamos com o *cloro*...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bastante baixo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Como diria o Vereador, com o *cloro* baixo, precisamos da presença dos colegas Deputados que foram para seus gabinetes. Temos algumas leis importantes, Lei Complementar inclusive, para que possamos votar ainda. Então, faço este apelo, este pedido, para que possamos ainda estes Projetos, porque temos uma pauta muito extensa no dia de hoje ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gilson, seu voto.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Estou tendo dificuldades de votar aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Moacyr Fadel.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Estou tendo dificuldades aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu voto é “sim”, Deputado Gilson?

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Sim, consegui, Presidente. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Anibelli, ainda aguardando o seu voto. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (35 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 4/2024.**

Agora, vamos submeter ao voto os Itens 6, 9, 10 e 11 agrupados. Em discussão.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 209/2024, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o título de Utilidade Pública à Associação

Educacional e Assistencial Bethânia, com sede no município de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 554/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Mãe do Céu, com sede no município de Arapongas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 632/2024, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Instituto Águias. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 665/2024, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Izabelense de Handebol, com sede no município de Santa Izabel do Oeste. Parecer favorável da CCJ.

Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, quero aqui, na condição de membro da Comissão de Orçamento e também relator, prestar um esclarecimento a todos os Sr.^s e Sr.^{as} Deputados e Deputadas em relação às emendas coletivas, Presidente. O Deputado Lemos agora há pouco me perguntou, outros Deputados também. Sempre tivemos um entendimento na Casa, desde a época da outra composição da Comissão de Orçamento, de que as emendas coletivas são três emendas por grupos de Deputados. Então, os Deputados se reúnem e apresentam emendas. Não dá para os Deputados apoiarem todas as emendas, porque senão vamos ter uma quantidade de emendas muito grande e fica inexecutável para a Comissão de Orçamento operar isso lá no anexo. Então, qual é a ideia da emenda coletiva? Dois ou três Deputados se juntarem para apresentar um tema, algum investimento, para colocarmos no anexo do orçamento. Essa é a

ideia que construímos em relação às emendas coletivas. Prestar este esclarecimento para sanar a dúvida de uma vez por todas. Então, cada Deputado pode participar apenas de três proposições de emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos agilizar a votação. Deputado Doutor Antenor, Deputado Corti, Deputada Mara. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (36 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 344/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/2024, que altera a Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Em discussão o projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.º Deputados. O Deputado Batatinha vai votar?

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Deu um B.O. aqui na minha máquina. Considere o meu voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 344/2024. Trinta e seis votos, com o voto do Deputado Batatinha. Está aprovado o projeto.**

Vamos submeter ao voto as Emendas. Em discussão as Emendas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito, o voto é “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 543/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 57/2024, que cria os quadros de oficiais especialistas nos âmbitos da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emendas da Comissão de Segurança Pública com parecer favorável da CCJ na forma da subemenda. Regime de urgência. Em discussão o projeto.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Soldado Adriano.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, subo aqui a esta tribuna com muita alegria para falar deste projeto, que é o QOE – Quadro de Oficiais Especialistas da Polícia Militar

do Estado do Paraná, porque é uma pauta que este Parlamentar defende desde o primeiro dia que chegou a esta Casa de Leis, e poder ver uma pauta que você defende ser colocada em prática é motivo de muita alegria. Isto é um avanço histórico para Polícia Militar do Estado do Paraná, para os praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, um grande reconhecimento por parte do Governo do Estado à Polícia Militar. Nós, enquanto Presidente da Comissão de Segurança Pública, com os membros da Comissão de Segurança Pública, melhoramos o projeto através de Emendas, principalmente no que diz respeito ao art. 44A e o art. 44B, que valorizam os nossos 1.º Sargentos e os Subtenentes, que dão a vida na Polícia Militar defendendo a sociedade e agora estão sendo reconhecidos, podendo seis meses antes da sua aposentadoria, antes de ir para reserva remunerada, serem aí promovidos. O 1.º Sargento ser promovido a Subtenente, e o Subtenente sendo promovido a 2.º Tenente. Então, de uma maneira muito carinhosa, muito especial, quero agradecer ao Governador Ratinho Júnior, que tem dado um exemplo para o Brasil com seus projetos e programas aqui no Estado, desta feita com a Polícia Militar do Estado do Paraná, com o projeto para os praças serem oficiais. Agradecer ao Secretário da Casa Civil, o Ortega. Na época, o Guto Silva fazia parte da Casa Civil e ajudou muito nessa discussão, finalizamos ela com o Ortega; o Dr. Luciano Borges que está na PGE, mas esteve na Casa Civil; o Maiquel, junto com todo time da Casa Civil; nosso Líder Deputado Hussein Bakri, que sempre foi um irmão, parceiro nas tratativas nessa pauta que valoriza a Polícia Militar. Também agradecer aqui ao Gugu Bueno, nosso Vice-Líder, que sempre atuou e nos ajudou; o Tiago Amaral, tanto na vice-liderança quanto na Comissão de Constituição e Justiça; através do Tiago, os demais deputados que sempre apoiaram; e de uma maneira especial o Sargento Aleixo, que trabalha conosco ali no gabinete, que foi parceiro nessa pauta. Então, o meu encaminhamento é pedir o voto “*sim*”, Sr. Presidente. E parabéns à Polícia Militar do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em votação o projeto, Sr.º Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faço minhas as suas palavras, Deputado Adriano, e o voto é “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*” aos praças da Polícia do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gugu, por favor, o seu voto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante projeto do Governo. Alguns deputados que ainda não votaram, queria pedir o voto, ainda dá tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli, vou aguardar o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (20 Deputados).]* Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 543/2024.**

Há um Requerimento sobre a Mesa (protocolado sob o n.º 2845/2024), do Deputado Hussein Bakri, que requer destaque das Emendas da Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável da CCJ, na forma da Subemenda apresentada ao Projeto de Lei n.º 543. Deputados favoráveis ao Requerimento votam com a expressão “*sim*”, os contrários com a expressão “*não*”. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “*sim*”. Dá até para votar simbólico, mas tudo bem, vamos votar “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Se há acordo do...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sim.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos votar simbólico.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação simbólica. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apenas o Deputado Líder que está em pé, mas vou considerar como voto “*sim*”. **Está aprovado o Requerimento.**

Vamos submeter ao voto agora a Subemenda. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Essa é a Subemenda. Essa que veio da Comissão de Segurança, Sr. Presidente. Deputado Anibelli, seu voto, por favor. Delegado Tito, Evandro, Deputado Corti, Deputado Marcio Pacheco, Moacyr Fadel.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante projeto para os nossos policiais militares. Deputados que ainda não votaram, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Meu voto “*sim*”, Presidente. Não está votando aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda. Trinta e cinco votos, com o voto do Deputado Moacyr Fadel.**

Agora vamos submeter as Emendas de Plenário. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, lamentavelmente tentamos construir, fez de tudo, mas não foi possível. Então, peço voto "não" e falo de coração, ficamos triste quando não conseguimos esse consenso. Respeito os Deputados que apresentaram, mas, lamentavelmente, tenho que pedir o voto "não" por diversos fatores que impactam no projeto. O voto é "não".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, para encaminhar.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, a Oposição pede voto "sim". São emendas que foram discutidas com os praças e é uma forma de reconhecermos aqui o trabalho de quem tanto esteve arriscando suas vidas, fazendo com que todos os paranaenses tivessem mais segurança e salvando muitas vidas. Então, por isso é importante darmos um tratamento mais igualitário a

todos aqueles que, por muito tempo, trabalharam, doaram e fizeram esse trabalho com muita dedicação, com muita responsabilidade. Por isso, então, pedimos aqui o voto favorável às emendas, fazendo justiça com todos aqueles, principalmente aqui falando os praças que muito trabalharam e não foram reconhecidos, e entraram na inatividade a partir de março de 2021. E hoje queremos, entre outras, essa emenda de reconhecer esse trabalho realizado, para que esta Casa, em um gesto bem humilde, mas de reconhecimento, de gratidão, aprovar essa emenda que, com certeza, fará muita diferença a todos os praças, principalmente os que são hoje inativos no nosso Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Alguns Deputados não ouviram o meu encaminhamento, porque fiz o pedido e já estava em votação. Quero fazer o pedido que o nosso voto, infelizmente, não conseguimos construir. Aos nosso Deputados que compõem a base, o voto é "não".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Deputado Soldado Adriano, como V.Ex.^a vota? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Dr. Antenor e Luciana Rafagnin (3 Deputados); **Votaram Não:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (31 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes,

*Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (20 Deputados).] Com 3 votos favoráveis e 31 votos contrários, **estão rejeitada as emendas.***

Agora, Sr.^s Deputados, os Itens 13, 14, 16 ao 22 e 24 ao 30 faremos votação agrupada.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 501/2017, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de Utilidade Pública à Cooperativa de Agricultores Familiares de Novas Tebas – Coopertebas, com sede no município de Nova Tebas e foro na comarca de Manoel Ribas. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 171/2022, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Benfazer, com sede no município de Londrina parecer favorável da CCJ.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 295/2024, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Capoeira Pedagógica (Acape) de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 334/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o Título de Utilidade Pública à “Associação Espaço Água Viva”. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 337/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Gigantes do Paraná, com sede no município de Icaraíma. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 19 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 492/2024, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que concede o título de Utilidade Pública ao Clube de Idosos de São Jorge D'Oeste, com sede no município de São Jorge D'Oeste. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 20 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 516/2024, de autoria do Deputado Adão Litro, que concede o título De Utilidade Pública à Associação ONG Leva Eu, com sede no município de Itapejara D'Oeste. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 21 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 534/2024, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Esporte Clube Santa Olga – AECSO, com sede no município de Cruzeiro do Oeste. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 22 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 569/2024, de autoria do Deputado Goura, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Embaixada Solidária, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 24 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 595/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cerro Azul, com sede no município de Cerro Azul/PR. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 25 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 598/2024, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais Regina Marcantonio, com sede no município de Rancho Alegre. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 26 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 609/2024, de autoria do Deputado Bazana, que concede título de Utilidade Pública à Associação de Pesca Esportiva de São Miguel do Iguaçu, com sede no município de São Miguel do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 27 - 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 638/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Judô Pinhão – AJUP. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 28 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 643/2024, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Integrada de

Deficientes e Amigos de Marechal Cândido Rondon - Assindamar, com sede no município de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 29 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 647/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de Utilidade Pública ao Projeto União Solidária - núcleo de assistências as crianças com câncer. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 30 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 651/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de Drift de Toledo – Drift 45, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, por favor, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (34 Deputados); **Votaram Não:** Tiago Amaral (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (19 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e 1 voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 524/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Shorou Suzukawao o viaduto localizado na intercessão do Km 25.36 da PR-445, no município de Tamarana. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou encerrar a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (32 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 524/2022.**

ITEM 32 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 677/2024, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Lei n.º 18.135, de 3 de julho de 2014, que consolida as normas referentes ao quadro próprio de servidores do Poder Legislativo. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, nos ajudem, vamos votar.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Presidente, não sei o que aconteceu com a minha máquina aqui. Não abriu para eu votar. Voto "sim", por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Voto "sim". Está encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (32 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Do Carmo, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 677/2024. Trinta e três votos, com o voto da Deputada Márcia Huçulak.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Três Requerimentos de autoria do Deputado Hussein Bakri, regime de urgência: **Requerimento n.º 2840/2024**, requerendo a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 683/2024; **Requerimento n.º 2842/2024**, requerendo a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 699/2024; e

Requerimento n.º 2853/2024, requerendo a tramitação em regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 344/2024. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2839/2024, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em segunda discussão e que não receberam emendas. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2815/2024, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de menções honrosas aos homenageados pelo Deputado na 15.^a Sessão de Interiorização - Assembleia Itinerante “20.^a Expovale - Exposição Agropecuária e Industrial de Ivaiporã”, a ser realizada no dia 19 de novembro de 2024, às 18 horas, no Parque de Exposições de Ivaiporã/PR; **Requerimento n.º 2816/2024**, do Deputado Goura, solicitando a correção da lista dos homenageados prevista no Requerimento de menções honrosas n.º 2687/2024; **Requerimentos n.ºs 2817 a 2823 e 2826 a 2828/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Cafeara, 69 anos; General Carneiro, 63 anos; Itaúna do Sul, 63 anos; Ivaiporã, 63 anos; Paiçandu, 62 anos; Rancho Alegre, 64 anos; Mangueirinha, 78 anos; Iguaçu, 69 anos; Santa Cecília do Pavão; e São Jorge D'Oeste, 60 anos; **Requerimento n.º 2829/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da EPR Litoral Pioneiro S.A, da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A, ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, do DER/PR e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Paraná, requerendo providências administrativas nos feriados de fim de ano nas rodovias paranaenses; **Requerimento n.º 2830/2024**, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Pastor Lael Medeiros Vieira, Superintendente e Membro do Conselho Estadual de Diretores da

Igreja do Evangelho Quadrangular, ocorrido no dia 24 de novembro de 2024; **Requerimento n.º 2831/2024**, dos Deputados Tercílio Turini, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Márcia Huçulak e Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, com os encaminhamentos de Audiência Pública realizada em 21 de novembro, referente ao Hospital Metropolitano de Sarandi; **Requerimento n.º 2833/2024**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Sr. Marcos da Silva Paim, Superintendente Estadual dos Correios, requerendo o cadastro de Código de Endereçamento Postal na localidade de Rio Abaixo, do município de Araucária/PR; **Requerimento n.º 2834/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Coronel de reserva da Polícia Militar do Paraná, Hilberaldi Correia de Lima, pelo desempenho alcançado no Campeonato Brasileiro de Triatlo e Multiesportes, realizado em Brasília (DF), garantindo uma das vagas para representar o Brasil nos Campeonatos Mundiais de Triatlo na Austrália, e de Multiesportes na Espanha em 2025; **Requerimento n.º 2835/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Diretor-Presidente da Concessionária EPR Litoral Pioneiro, Sr. Marcos Moreira, conforme especifica; **Requerimento n.º 2837/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações à Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná (SRPF/PR), à Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - Regional Paraná (ADF/PR), ao Sindicato dos Policiais Federais do Estado do Paraná (SINPEF/PR), à Associação dos Servidores da Polícia Federal no Paraná (ASPF) e ao Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Paraná (SINDPF/PR), pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses e por ocasião da celebração do Dia do policial Federal, em 16 de novembro; **Requerimento n.º 2838/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de menção honrosa para Neide Fancelli Grande, empreendedora que sempre se dedicou à família; **Requerimentos n.ºs 2841, 2843, 2844, 2847 e 2849/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando registro e o envio de menção honrosa em homenagem: aos projetos sociais de artes marciais, para o desenvolvimento

pessoal e social de seus atletas; às equipes relacionadas de atletas de artes marciais; aos professores relacionados de artes marciais; aos Mestres e Grão – Mestres relacionados; aos Senseis relacionados; **Requerimento n.º 2848/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa ao Ilmo. Sr. Alcino Alves de Freitas, renomado cantor, compositor e produtor musical paranaense, em reconhecimento à valiosa contribuição sociocultural por meio da música sertaneja ao Brasil e ao Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2851/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações para o Presidente Luiz Fernando Casagrande Pereira, a Vice-Presidente Graciela Iurk Marins e membros da Diretoria Executiva extensivos aos Conselheiros estaduais e federais e à Caixa de Assistência dos Advogados - CAA, da Chapa XI de Agosto - Coragem de Verdade - eleita para a gestão 2025/2027 da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2846/2024**, do Deputado Delegado Jacovós, requerendo a retirada urgente da Emenda de Plenário n.º 1 do Projeto de Lei n.º 344/2024; **Requerimento n.º 2852/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 694/2024, de sua autoria.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2824/2024** do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de novembro de 2024; **Requerimento n.º 2832/2024** da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 a 27 de novembro de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º**

2825/2024 do Deputado Alexandre Amaro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 4 a 13 de novembro de 2024.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2836/2024** da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 a 27 de novembro de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 27 de novembro 2024, às nove horas, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 541/2024; 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 841/2023, 1036/2023, 344/2024 e 543/2024; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 501/2017, 171/2022, 524/2022, 295/2024, 334/2024, 337/2024, 492/2024, 516/2024, 534/2024, 569/2024, 586/2024, 595/2024, 598/2024, 609/2024, 638/2024, 643/2024, 647/2024, 651/2024, 662/2024 e 677/2024; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 12/2024 e dos Projetos de Lei n.ºs 805/2023, 7/2024, 684/2024 e 700/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h04, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)